



Foto: arquivo Sintrajud

Com um ato em frente ao Theatro Municipal, no centro de São Paulo, as centrais sindicais deram partida nesta quarta-feira, 13 de novembro, à campanha contra o “pacote de maldades” do governo Bolsonaro, o “Plano Mais Brasil”.

Lançado na semana passada, o Plano é composto por [três propostas de emendas constitucionais](#) que aprofundam o desmonte do Estado brasileiro, a retirada de direitos dos trabalhadores e o ataque aos servidores públicos. O Plano ainda será complementado

por uma reforma administrativa que o governo pretende anunciar na próxima semana.

Em reação, as centrais sindicais vão deflagrar uma série de atividades de mobilização, cujo calendário está sendo construído. No próximo dia 30, o Fórum dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo realiza um seminário no Sintrajud, das 10h às 13h, para organizar a luta das entidades de servidores contra o pacote.

“Temos de estar nas periferias, nas fábricas, escolas e universidades, para chamar o povo a tomar as ruas do país, a exemplo daqueles que o fazem pelo mundo inteiro”, afirmou Paulo Barela, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

“Crise do capital”

Os dirigentes de sindicatos e centrais que se alternaram nos discursos destacaram a necessidade de unir todas as entidades, movimentos sociais e demais forças políticas progressistas, não só para combater as propostas econômicas do governo, mas também para defender a democracia.

“É necessário [fazer] um calendário de luta”, defendeu a diretora do Sintrajud Inês Leal de Castro, servidora do TRT. “É a classe trabalhadora como um todo, servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, que está sendo atingida por essas medidas”, acrescentou.

Os dirigentes foram unânimes em apontar que, assim como a reforma trabalhista (aprovada ainda no governo Temer), o pacote do governo Bolsonaro baseia-se na retirada de direitos dos trabalhadores para aumentar o lucro dos empresários, a pretexto de gerar empregos.

Os sindicalistas ressaltaram, porém, que essa política não está reduzindo o desemprego e que os postos de trabalho gerados são precários e mal remunerados. “São medidas incapazes de resolver a crise do capital”, resumiu Barela, da CSP-Conlutas.

“Querem vender para o povo a ideia de que o país não gera empregos porque o trabalhador tem direitos demais. Isso é uma grande mentira!”, disse Sérgio Nobre, presidente da CUT.

“O que gera emprego é o investimento público em saúde, educação e na construção da infraestrutura, coisa que o atual governo não quer fazer, porque prefere reduzir o imposto dos banqueiros e dos grandes empresários”, discursou Edson Carneiro Índio, secretário

geral da Intersindical.

Invasão à embaixada da Venezuela

Nesse sentido, os manifestantes também criticaram a [Medida Provisória 905](#), assinada nesta terça-feira, que cria o “emprego verde e amarelo”, modalidade de contratação de trabalhadores com isenção da contribuição patronal ao INSS e redução do valor do depósito mensal do FGTS. A MP estabelece ainda uma contribuição previdenciária de 7,5% para quem está recebendo o seguro-desemprego.

Eles ainda condenaram com veemência a invasão à Embaixada da Venezuela por partidários de Juan Guaidó, que se proclama presidente venezuelano. A ação teria recebido apoio do filho do presidente brasileiro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Também participaram do ato dirigentes da Força Sindical, CGTB, NCST e Intersindical - Central da Classe Trabalhadora. Entre os sindicatos, além do Sintrajud, estiveram presentes representantes dos Metroviários de São Paulo, Químicos, Metalúrgicos de São José dos Campos e Trabalhadores em Edifícios e Condomínios de São Paulo, entre outros.

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM



PEC 10 vai ao Plenário após ser aprovada na CCJ com garantia de quinquênios só para juízes e autoridades



**Acesse aqui a plataforma
de participação e votação
na assembleia**

27/4 (sábado) - 14h - on-line

Credenciamento a partir das 9h, aqui



Confira aqui o passo a passo para participar da assembleia do dia 27/4 e eleger
seus/suas representantes



O que é e porque é fundamental aprovar o PCCS